

ANC

Auc X

Sistema de governo

PMDB perde 'históricos' se sair acordo pelos 5 anos

Do enviado especial a Brasília

Se o café da manhã Ulysses-Sarney for produtivo a ponto de resultar em um acordo prevendo parlamentarismo com cinco anos, o grupo chamado "histórico" do PMDB deixa o partido. Essa informação foi dada, em termos não tão contundentes, pelo líder do partido no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), ao deputado Ulysses Guimarães, já na sexta-feira: "O PMDB jamais será o mesmo se essa proposta passar", disse Covas.

Ontem, no Congresso, a Folha confirmou com lideranças do grupo que haverá uma debandada que incluirá, além de Covas, os senadores José Richa (PR) e Fernando Henrique Cardoso (SP) e o deputado Pimenta da Veiga (MG), entre muitos outros.

"Uma negociação (prevendo parlamentarismo com cinco anos) era possível há seis meses. Agora, não há mais espaço para ela", fulminava Richa. Reforçava o senador Severo Gomes (SP): "Vender o parlamentarismo junto à sociedade ainda dá, mas os cinco anos, não".

Covas batia na mesma tecla: "A sociedade pode estar dividida entre presidencialismo e parlamentarismo, mas está claramente definida em relação ao mandato de quatro anos. Nessa questão, não há como tomar outra posição".

O "ulyssismo" não leva a sério essas ameaças de rompimento. "O Covas é um homem de partido", diz o ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique da Silveira, para descartar a resistência dos "históricos" a um eventual acordo com o Palácio do Planalto envolvendo mandato e sistema de governo. "O Fogaça e o Egídio topam", acrescenta Luiz Henrique, referindo-se ao senador José Fogaça (RS) e ao deputado Egídio Ferreira Lima (PE), parlamentaristas históricos e membros do grupo dito "histórico" do partido.

(CR)



O senador Fernando Henrique Cardoso



O senador José Richa (PMDB-PR)



Miguel Arraes, governador de Pernambuco

Arraes ameaça sair se PMDB apoiar o parlamentarismo

Das Sucursais de Recife e do Rio e do enviado especial a Brasília

Defensor do presidencialismo como forma de governo e um mandato de quatro anos para os presidentes da República, "inclusive para o presidente José Sarney", o governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PMDB), 71, disse ontem em Recife que poderá deixar o PMDB caso o partido não corresponda às posições defendidas por ele.

"Se as respostas às questões fundamentais não forem aquelas que eu acho que devem ser, aí o PMDB está me deixando", disse o governador, ao responder sobre um possível acordo entre o PMDB e o Palácio do Planalto para a implantação do

parlamentarismo com cinco anos para Sarney. Arraes disse também que eleições presidenciais este ano seriam a "oportunidade para colocarmos diante da população os problemas fundamentais do país".

Moreira Franco

O governador do Rio, Moreira Franco, disse ontem que considera descartada a hipótese de adoção do parlamentarismo com cinco anos de mandato para o presidente Sarney. Segundo Moreira, que domingo à tarde encontrou-se em Brasília com o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, "foi o próprio Dr. Ulysses que disse que a proposta é tecnicamente inviável,

porque não há nenhuma emenda nesse sentido".

Diante das alternativas para a escolha do sistema de governo e mandato do presidente, Moreira disse que "politicamente, é fundamental garantir a soberania da Constituinte e evitar que caia no buraco negro". Para Moreira —presidencialista e quatroanista— "todas as discussões já foram travadas e o importante é acatar a decisão do Congresso Constituinte".

Montoro

O ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, 71, disse ontem no Rio que, "em obediência ao princípio democrático da maioria", o presidente do PMDB e do Congresso

constituinte, Ulysses Guimarães, deverá apoiar o projeto de adoção do parlamentarismo. Segundo Montoro, Ulysses recebeu um documento de dois terços da bancada do partido favorável ao regime parlamentarista. "Como presidente do partido, e não pessoalmente, ele deve seguir o pensamento da maioria", disse o ex-governador. Montoro disse ainda que Ulysses tem "excelente chance" de se tornar primeiro-ministro em um futuro regime parlamentar.

Opinião de Sarney

O presidente José Sarney não fez críticas ao parlamentarismo como sistema de governo, no almoço em que recebeu ontem o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, no

Palácio da Alvorada. Segundo o governador, Sarney reclamou que o texto em debate no Congresso constituinte, "não é suficientemente claro para permitir ao presidente da República a dissolução da Câmara de Deputados" como contrapartida ao direito da Câmara de destituir o primeiro-ministro.

Simon disse que sentiu em Sarney "disposição para o entendimento" e para "acatar a decisão dos constituintes".

Segundo Simon, Sarney teme que o atual texto em debate conduza à aprovação de "um governo de Assembleia" e não ao parlamentarismo propriamente dito, como o do modelo inglês.